

Juiz federal do Amapá responderá por suspeita de prevaricação

01/12/2022

Acusado de favorecer um ex-superintendente do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) do estado do Amapá, um juiz federal da Seção Judiciária do estado está afastado de suas funções até que o Conselho Nacional de Justiça conclua o julgamento de um processo administrativo disciplinar (PAD) aberto na manhã de terça-feira (29/11), durante a 64ª sessão extraordinária do CNJ.

CNJ



Juiz ficará afastado até que o CNJ conclua o processo administrativo disciplinar
CNJ

De acordo com o corregedor nacional de Justiça, ministro Luis Felipe Salomão, há indícios de favorecimento em decisão do magistrado. O Plenário aprovou, também por unanimidade, a instauração de um segundo PAD para investigar o uso de linguagem inadequada em ofício enviado à Corregedoria Regional da 1ª Região e à Procuradoria Regional da República da 1ª Região.

O juiz, de acordo com apurações preliminares da Corregedoria Nacional de Justiça e do Ministério Público Federal (MPF), determinou a soltura do ex-superintendente do Dnit no Amapá Odinaldo Oliveira, preso por suspeita de corrupção em contratos para manutenção de estradas do estado. A decisão contrariou, pelos indícios encontrados até o momento, uma série de deveres funcionais previstos no Código de Ética da Magistratura Nacional e na Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman).

O ex-dirigente do Dnit foi preso em 2019 por determinação do juiz titular da 4ª Vara Federal do Amapá. Dias após assumir a vara, para substituir o colega de férias, o magistrado investigado revogou de ofício a prisão, sem consultar o Ministério Público. De acordo com o relatório do ministro Salomão, a perícia feita no celular do ex-superintendente do Dnit revelou intensa comunicação entre ele e o magistrado agora afastado pelo CNJ.

De acordo com o sub-procurador-geral da República, Alcides Martins, a conduta violou os deveres de imparcialidade; integridade pessoal e profissional; dignidade, honra e decoro, conforme estabelecido no Código de Ética da Magistratura Nacional. A atitude também violou, de acordo com a acusação, o dever de "cumprir e fazer cumprir, com independência, serenidade e exatidão, as disposições legais e os atos de ofício" e o de "manter conduta irrepreensível na vida pública e particular", previstos na Loman.

"Há indícios de que o magistrado tenha usado a jurisdição para favorecer pessoa de sua relação, presa preventivamente sob a acusação de delitos graves", afirmou Salomão.

Segundo processo

Um outro processo foi aberto para investigar a conduta do mesmo magistrado em outro caso. Ele teria se manifestado "de forma descortês e inadequada" ao responder a um pedido de informações feito em uma representação aberta para apurar a



sua atuação no episódio da soltura do ex-superintendente do Dnit. Em ofício, o juiz atacou a postura de colegas e de membros do Ministério Público Federal.

"Ele teria mencionado que os promotores e um colega praticaram improbidade administrativa, crime de prevaricação, condutas obscenas, vergonhosas, imorais e criminosas, o que não se coaduna com a função judicante. Não se pode atacar em documento oficial a lisura de representantes do Ministério Público ou de outro magistrado", disse ministro Salomão. *Com informações da assessoria de imprensa do CNJ.*

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2022-dez-01/juiz-federal-amapa-respondera-suspeita-prevaricacao/>